



ISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES DO BRASIL S.A.

CNPJ Nº 26.896.959/0001-40

www.isacapital.com.br/pt/IsaInvestimentos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2018

Senhores Acionistas,
A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou a seu Capital Social integralizado para R\$695.7 milhões, sendo R\$695,0 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas

pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes, naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela aquisição das ações, a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

2. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000,000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco SBI atuou como o coordenador líder da operação. As debêntures

que foram depositadas para distribuição pública por meio do MDA (Módulo de Distribuição de Ativos), administrado e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos), com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, em 09 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco SBI S.A. Em 2018 a Companhia pagou entre amortização do principal e juros a importância de R\$124,10 milhões

3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2018, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$176.274 mil, e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$142.871mil.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2018	2017
Resultado de equivalência patrimonial	7	159.401	56.616
Gerais e administrativas	11	(982)	(4.472)
Outras despesas operacionais, líquidas	12	(22.702)	(16.770)
		(23.684)	(21.242)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		135.717	35.374
Despesas financeiras	13	(27.961)	(25.465)
Receitas financeiras	13	677	1.803
Resultado financeiro		(27.284)	(23.662)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		108.433	11.712
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14	(4.298)	(1.130)
Lucro líquido do exercício		104.135	10.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	104.135	10.582
Total do resultado abrangente do exercício	104.135	10.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	104.135	10.582
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa utilizado nas atividades operacionais		
Amortização da Mais-Valia (nota 7)	22.702	16.770
Resultados de equivalência patrimonial (nota 7)	(159.401)	(56.616)
Amortização do custo de emissão das debêntures (nota 8)	769	437
Juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos (nota 8)	23.281	19.490
	(8.514)	(9.337)

(Aumento) Diminuição de ativos

Tributos e contribuições a compensar

Fornecedores

Tributos e encargos sociais a recolher

Caixa líquido originado das atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Investimentos (nota 7)

Ágio na aquisição da investida (nota 7)

Dividendos recebidos (nota 7)

Juros sobre o capital próprio recebido (nota 7)

Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Integralização de capital (nota 10 (a))

Emissão de debêntures (nota 8)

Amortização de debêntures (principal) (nota 8)

Amortização de juros sobre debêntures (nota 8)

Pagamentos de custos de emissão de debêntures (nota 8)

Caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamentos

Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do período

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

Variação em caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

previstos para 2030. Em junho de 2018, após a conclusão do Laudo, o valor da amortização da Mais Valia foi reconhecido pela Companhia com base em todos os contratos de concessão da TAESA e devidamente ajustado em junho de 2018. O montante amortizado durante o exercício de 2018, foi de R\$22.702 (R\$16.770 em 2017) e encontra-se contabilizado na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" da demonstração do resultado.

(ii) Movimentação dos investimentos no período:

Custo de aquisição pelo valor de patrimônio líquido

Mais valia paga na aquisição

Amortização da Mais-Valia

Equivalência patrimonial

Dividendos recebidos da investida

Juros sobre capital próprio recebidos da investida

Saldo em 2017

Ajuste no investimento após Laudo de Avaliação

Ajuste na Mais Valia após Laudo de Avaliação

Amortização da Mais-Valia (Nota 12)

Equivalência patrimonial

Adoção CPC 47 pela investida

Dividendos recebidos da investida

Juros sobre capital próprio recebidos da investida

Saldo em 2018

8. DEBÊNTURES

Vencimento Quantidade Encargos Spread a.a. 2018 2017

1ª Emissão - Série única (i) 02/06/2022 350.000,000 100% CDI a.a. 1,68% 229.671 329.725

Circulante

Não circulante

(i) Em 02 de junho de 2017 a Companhia emitiu 350.000 mil debêntures com a finalidade subsidiar parte do investimento efetuado na aquisição das ações da TAESA. Emitida em série única, no montante total de R\$350.000 mil, para serem liquidados em 5 parcelas anuais de R\$70.000 mil, sendo a primeira parcela em 02 de junho de 2018 e a quinta em 02 de junho de 2022. Em razão da previsão na escritura da modalidade do *cash sweep*, onde a Companhia poderá efetuar amortizações antecipadas e resgates de valores em resgate, sempre que receber recursos da investida, a Companhia pode efetuar amortizações antecipadas. Em 2017, amortizou a importância de R\$17.500 em 09 de fevereiro de 2018 R\$5.250. Esses valores foram deduzidos da parcela anual cujo saldo remanescente de R\$ 47.250, foi liquidado na data de vencimento em 02 de junho de 2018. Em 31 de agosto e 30 de novembro de 2018, também foram realizadas antecipações no montante de R\$17.500 e R\$31.500, respectivamente, correspondentes à parcela a vencer em 02 de junho de 2019. Todas as exigências e cláusulas restritivas não financeiras ("covenants"), estabelecidas no contrato, estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data. Os custos de emissão inicial estão sendo apropriados ao resultado, mensalmente. Em 2018 foi amortizada a importância de R\$769 (R\$437 em 2017). O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, após de 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.776 (R\$3.545 em 31 de dezembro de 2017). Os vencimentos das parcelas a longo prazo, conforme previstos na escritura e sem a dedução dos custos de emissão, estão distribuídos como segue:

2018 2017

— 70.000

70.000 70.000

70.000 70.000

70.000 70.000

210.000 280.000

A movimentação no exercício é como segue:

Adições

Custos da transação

Valor líquido recebido

Juros, variações monetárias

Pagamento de juros

Amortizações do principal

Amortizações do custo

Saldo em 2017

Juros, variações monetárias

Pagamento de juros

Amortizações do principal

Amortizações do custo

Saldo em 2018

9. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

2018 2017

Impostos retidos da fonte

Contribuição social

COFINS

PIS

3.037 2.219

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 10 de janeiro de 2017 e transformada em Sociedade Anônima em 27 de abril de 2017, com o capital social de R\$ 1.000 (mil reais). Em 25 de maio de 2017 foi aprovado o aumento de capital social por meio de Assembleia Geral Extraordinária, cuja integralização ocorreu no dia 02 de junho 2017, no montante de R\$695.700, representado por 695.000,000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$695.000 da acionista ISA e R\$700 da ISA Capital. Em 2018, conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 13 de abril, os acionistas aprovaram o aumento do capital social, sem emissão de ações, mediante capitalização do dividendo obrigatório no montante de R\$101 mil, passando o capital de R\$695.700 para R\$695.801. O quadro de acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

Quantidade de ações ordinárias

Acionista

Interconexão Elétrica S.A. E.S.P.

ISA Capital do Brasil S.A.

Total

Destinação dos Lucros: Nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe destinar o lucro líquido do exercício conforme segue:

2018 2017

104.135 10.582

Base de cálculo de dividendos

Dividendos obrigatórios propostos

Total de dividendos, com base no lucro do exercício

Constituição da reserva especial

(*) Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente (*)

(i) decorre de previsão existente na escritura das Debêntures e ao amparo do inciso II, parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

(c) Reserva de lucros

2018 2017

Reserva legal (i)

Reserva de retenção de lucros (ii)

Reserva especial (iii)

131.489 10.481

(i) Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. (ii) Constituída com base na alocação do saldo do lucro líquido do exercício remanescente. (iii) Constituída em decorrência do reconhecimento pela investida TAESA do valor atribuído ao ajuste de adoção inicial do CPC 47.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Especial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 10 de janeiro de 2017							
Constituição da Companhia							
Integralização de capital - aportes dos sócios		695.699				695.699	
Lucro líquido do exercício						10.582	
Destinação do lucro							
Constituição da reserva legal				529		(529)	
Dividendos obrigatórios a pagar						(101)	
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente					9.952	(9.952)	
Em 31 de dezembro de 2017		695.700	529	9.952			706.181
Adoção CPC 47 pela investida	10 (c)				16.873		16.873
Aumento de capital	10 (a)	101					101
Lucro líquido do exercício	10 (b/d)					104.135	104.135
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal	10 (b/c)		5.207			(5.207)	
Constituição de reserva especial	10 (b/c)				16.528	(16.528)	
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente	10 (c)			82.400		(82.400)	
Em 31 de dezembro de 2018		695.801	5.736	92.352	33.401		827.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA Investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P ("ISA"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões, sendo R\$695,0 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA") alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% do total das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimentos pagou à vista a importância de R\$1,019 bilhão, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA, que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, exceto quando o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 28 de março de 2019, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados no menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **2.3.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Administração estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do Mais Valia é feito anualmente em 31 de dezembro, quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2018 não há indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, que refere-se basicamente ao montante de Mais Valia, devidamente divulgado na nota explicativa 7. **2.3.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.4 Controle em conjunto:** A Companhia não apresenta demonstrações consolidadas, visto que sua participação como acionista na TAESA corresponde à sua participação minoritária, sem o poder de controlar individualmente as políticas financeiras e operacionais da entidade. O resultado da investida é contabilizado pelo método de equivalência, conforme CPCs 18 (R2), 19 (R2) e 30 (R3). Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a participação na investida TAESA era de 14,8792%.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Auração

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Serviços	(785)	(4.217)
Outros	(197)	(255)
	<u>(982)</u>	<u>(4.472)</u>

12. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$22.702, corresponde ao valor amortizado durante o ano de 2018, já considerando o ajuste no montante de amortização referente ao ano de 2017, conforme o laudo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos da TAESA (vide nota explicativa 7 (iii)).

13. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	434	1.947
Juros SELIC IR a recuperar	277	-
PIS sobre receita financeira	(6)	(20)
COFINS sobre receita financeira	(28)	(124)
	<u>677</u>	<u>1.803</u>
Despesas		
Encargos sobre debêntures	(23.281)	(19.491)
Imposto sobre operações financeiras	(27)	(2.641)
Apropriação do custo de emissão das debêntures	(786)	(437)
PIS e COFINS sobre Juros sobre capital próprio	(3.796)	(2.895)
Outros	(71)	(1)
	<u>(27.961)</u>	<u>(25.465)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(27.284)</u>	<u>(23.662)</u>

DIRETORIA

Fernando Augusto Rojas Pinto
Diretor-Presidente

Alex Enrique Olano Nieto
Diretor

Bernardo Vargas Gibsons
Presidente

César Augusto Ramírez Rojas
Vice-Presidente

Ana Milena Lopez Rocha
Conselheira

Izabelle Felício Tomaz
CRC 1SP292155/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14. **(a) Conciliação da alíquota efetiva:** A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.433	11.712
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(36.867)	(3.982)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos de investida	(13.954)	(10.639)
Amortização da Mais-Valia	(7.719)	(5.702)
Equivalência patrimonial	54.196	19.249
Outros	46	(57)
	<u>(4.298)</u>	<u>(1.130)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva		
Imposto de renda e contribuição social	(4.298)	(1.130)
Corrente	(4.298)	(1.130)
	<u>3.96%</u>	<u>9,65%</u>

Alíquota efetiva

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A única transação com partes relacionadas no exercício refere-se a prestação de serviços, entre outros.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No exercício findo em 2018, a Companhia não contratou nem negociou instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros:

	2018	2017
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	22.569	13.266

Passivos financeiros

	2018	2017
Custo amortizado		
Debêntures		
Circulante	21.658	49.725
Não circulante	208.013	280.000
Fornecedores	2	548

(b) Financiamentos: • Índice de endividamento: O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	2018	2017
Debêntures		
Circulante	21.658	49.725
Não circulante	208.013	280.000
	<u>229.671</u>	<u>329.725</u>
Dívida total		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(22.569)	(13.266)
Dívida líquida	<u>207.102</u>	<u>316.459</u>
Patrimônio líquido	<u>827.290</u>	<u>706.181</u>
Índice de endividamento líquido	25%	45%

A ISA Investimento possui *covenants* não financeiros em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua investida em conjunto, TAESA. A Companhia atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado. **(c) Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados: **(i) Risco de taxas de juros** - A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread. **(ii) Risco de liquidez** - o fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos dividendos recebidos conforme o resultado de participação da investida TAESA.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019